

TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DA TEMÁTICA SEGURANÇA PÚBLICA NA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Eduardo Cerqueira Batitucci¹⁸²

Rosânia Rodrigues de Sousa¹⁸³

Em suas várias dimensões de pesquisas, a Fundação João Pinheiro (FJP), por intermédio da formação e do aperfeiçoamento de recursos humanos, vem, desde meados dos anos de 1970, desenvolvendo trabalhos com a temática da segurança pública em Minas Gerais com grande ressonância na administração pública: diagnósticos, criação, avaliação e monitoramento de políticas públicas; apoio e consultoria a órgãos governamentais nos vários níveis de governo (federal, estadual e municipal); sistematização e divulgação de índices e indicadores.

Igualmente, a FJP sempre se fez presente nos ambientes acadêmicos, por meio do desenvolvimento de pesquisa científica financiada pelas agências nacionais de fomento à pesquisa

182 Pesquisador da Fundação João Pinheiro e professor da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho.

183 Pesquisadora da Fundação João Pinheiro e professora da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho.

e políticas públicas – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) – ou agências multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Fundação Ford, Fundação *Konrad Adenauer*, o *British Council*. A instituição buscou, continuamente, a interlocução com grupos de pesquisa e organizações não governamentais nacionais e internacionais, promovendo a organização e disseminação de seus trabalhos a partir de publicações, congressos e seminários internos e externos.

Este ensaio procura oferecer um panorama das contribuições que a FJP tem oferecido nesse importante campo da atividade humana, tão fundamental para o desenvolvimento da administração pública brasileira e, nesse sentido, para a democracia.

1 Abrindo portas

O amadurecimento institucional das políticas públicas no campo da segurança pública no Brasil foi tardio em virtude dos ecos da ditadura e da distância simbólica da reflexão acadêmica nacional provocada pelo comprometimento das organizações da segurança pública com aquele regime. Alguns dos primeiros trabalhos acadêmicos na área datam apenas do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Neles se ressalta, entre outras, a contribuição fundamental de Antônio Luiz Paixão, na época pesquisador da FJP e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A distensão do momento da anistia, no início dos anos 1980, evidencia um interesse em crescimento pelo funcionamento do campo das políticas públicas de segurança pública e de seus

atores institucionais. Na FJP, ele foi marcado por um primeiro conjunto de pesquisas acadêmicas, assessoria e diagnósticos para órgãos governamentais, propostas e cursos para a formação e capacitação de recursos humanos, além da promoção dos primeiros congressos e seminários acadêmicos e profissionais na área.

Nesse sentido, um aspecto fundamental daquele momento está associado com a proximidade entre a FJP e a UFMG e seus departamentos de Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Economia, Administração e Direito. Como se sabe, nos anos 1970 e 1980, muitos dos pesquisadores da FJP eram, também, professores da UFMG. Essa articulação dupla permitiu a potencialização dos trabalhos de ambas as organizações nesse campo assim como a formação, capacitação, especialização e profissionalização de muitos professores universitários e futuros pesquisadores da FJP, com trajetória profissional de estudos e trabalhos em segurança pública.

No âmbito das atividades de formação de recursos humanos, alguns trabalhos, como o convênio com a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), firmado em 1984, foram considerados marcos nas políticas de formação para os profissionais da área. Essa parceria, que durou 33 anos, pode ser considerada a mais longeva da FJP e tinha como objetivo o desenvolvimento de cursos voltados para os oficiais intermediários e superiores da organização policial. Iniciada pelo Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA), a coordenação do curso passou a ser de responsabilidade da Escola de Governo a partir de sua criação, em 1992. Além do aperfeiçoamento de seus oficiais, o trabalho conjunto entre a FJP e a PMMG buscava a melhor prestação de serviços ligados à segurança pública. Várias das modificações ocorridas na organização policial militar foram decorrentes do conhecimento construído coletivamente, a partir dos diálogos estabelecidos com as Ciências Sociais e com as Sociais Aplicadas e das reflexões promovidas sobre a administração, as políticas e a segurança públicas. São muitos os trabalhos monográficos desenvolvidos nos cursos que auxiliaram, e ainda auxiliam, na formação e na atividade profissional.

De 1985 a 2018, passaram pela FJP cerca de 3.500 oficiais, entre capitães, maiores e tenentes-coronéis do quadro de oficiais PM. Além dos policiais de Minas Gerais, aperfeiçoados pela FJP, se somaram outros, do Distrito Federal e de vários estados brasileiros, dos quais se destacam Mato Grosso, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Amazonas, além de policiais de países da América do Sul.

A experiência da FJP na formação e no aperfeiçoamento de profissionais da segurança pública possibilitou a aproximação com outras organizações policiais, como o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG). Em 2002, foi realizado o Curso de Especialização em Segurança Pública e Defesa Civil com o objetivo de capacitar trinta capitães do CBMMG, habilitando-os para as funções de assessoria na organização. Em 2015 e 2017, a FJP desenvolveu dois cursos de especialização *lato sensu* voltados tanto para capitães quanto para maiores e tenentes-coronéis da organização. Nos períodos de 2015-2016 e 2017-2018, foram formados 120 oficiais intermediários e superiores do CBMMG.

A cooperação com a PMMG ofereceu à FJP a oportunidade inédita de se aproximar das organizações do sistema de segurança pública, ganhar domínio sobre sua linguagem e maior familiaridade com os problemas associados ao provimento de políticas públicas na área. Isso propiciou à instituição a liderança nacional na pesquisa acadêmica e no desenvolvimento institucional desse campo, desenvolvendo muitos projetos e muitas atividades que passaram a fazer parte do portfólio da FJP. Se as primeiras interlocuções vinham marcadas pelo domínio, por parte da FJP, dos conteúdos associados à gestão organizacional e institucional, rapidamente as dimensões relacionadas ao provimento de políticas públicas passaram a ser o foco dos trabalhos, primeiro na política pública prisional, depois nas políticas de policiamento, posteriormente nos estudos sobre o sistema de justiça e, por fim, na construção sistêmica de uma concepção de governança pública para o sistema.¹⁸⁴

184 Refere-se à constituição do arcabouço institucional que a área de segurança pública desenvolveu na administração pública de Minas Gerais.

Na esfera de atuação das atividades voltadas para a criação e avaliação de políticas públicas, citam-se, para aquele momento e entre outros, dois trabalhos importantes: o primeiro, *Caracterização da População Prisional em Minas Gerais e no Rio de Janeiro* (1984), desenvolvido em colaboração com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), sob encomenda do Ministério da Justiça, propunha a produção de amplo diagnóstico sobre as duas realidades prisionais para subsidiar as políticas prisionais a serem desenvolvidas pelo Governo federal; o segundo, *Indicadores Sociais de Criminalidade* (1987), também desenvolvido sob encomenda pelo Ministério da Justiça, teve por objetivo desenvolver um sistema nacional de indicadores sociais de criminalidade, inédito para a realidade brasileira.

Por fim, coroa essa fase a realização do seminário *Polícia Militar, Estado e Sociedade: os Desafios da Modernidade* (1992), no qual se consolidavam os estudos nacionais da área, com a presença de alguns dos principais pesquisadores brasileiros que trabalhavam nesse campo.

2 Consolidação

A partir do início dos anos 1990, com uma trajetória de trabalho já parcialmente consolidada junto a esses atores e com a renovação do quadro de pesquisadores da instituição, promovida pelo concurso público de 1994, a FJP ganha novo impulso em suas atividades ligadas aos estudos voltados para segurança pública, estreitando suas relações com o aparato policial, oferecendo novos cursos, inclusive para a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG). Nesse cenário, é desenvolvido um conjunto de pesquisas e diagnósticos, especialmente depois da greve das polícias em 1997, com bases de dados, estatísticas e indicadores. Verifica-se também a reaproximação com as políticas, com o sistema prisional, com o governo do estado e com o aparato de governança das políticas no setor. Todo esse contexto marca a criação do Núcleo de Estudos em Segurança Pública (Nesp) em 1998. Esse núcleo concentrará os trabalhos no campo da segurança pública na FJP.

Entre as principais atividades desenvolvidas nesse momento e entre os produtos relacionados a políticas públicas, citam-se dois. O primeiro, *Projeto de Qualificação Profissional da População Penitenciária de Minas Gerais* (1995), encomendado pela Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos (SEJDH), estabelecia um programa de reestruturação do trabalho e das atividades de qualificação profissional da população prisional de Minas Gerais. O segundo, também para o sistema prisional, *Planejamento Estratégico da Transferência dos Presos da Secretaria de Estado de Segurança Pública para a Secretaria de Estado de Justiça e de Direitos Humanos* (1999). Encomendado pelo Governo estadual, esse segundo projeto estabelecia a política de transferência da custódia prisional, então controlada principalmente pela Polícia Civil, para os estabelecimentos do sistema prisional, ao mesmo tempo em que avaliava seu impacto e criava o cronograma de abertura de vagas no sistema.

Em relação ao desenvolvimento de indicadores e à produção de informações para a área, a FJP, em cooperação com a UFMG, desenvolveu o projeto *Indicadores de Segurança Pública: Criminalidade Violenta em Minas Gerais* (1998), financiado pela Fapemig, e que recuperou e consolidou as bases de dados de ocorrências policiais de Minas Gerais. Esse documento gerou a primeira série histórica, colocada à disposição do governo e da população, sobre os indicadores de ocorrências policiais sistematizadas e conhecidas pelo Estado. Para o Governo federal, foram desenvolvidas as *Matrizes Pedagógicas das Bases Curriculares do Curso de Formação para os Profissionais da Área de Segurança do Cidadão*, em 1999. Sob demanda do Ministério da Justiça, elas estabeleciam a primeira matriz curricular nacional para os profissionais da segurança pública no Brasil, resultado dos trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores da FJP.

Na área de atuação acadêmica, também em cooperação com a UFMG, outro importante projeto foi realizado: *A Organização Policial e o Combate à Criminalidade Violenta (1997-2001)*. Esse foi um dos maiores projetos já financiados pela Fapemig, no qual uma pesquisa do tipo *survey*, com amostra relevante de todos os policiais militares que trabalhavam em Belo Horizonte, foi realizada. A intenção era avaliar aspectos relevantes de como os policiais aferiam as características

do seu trabalho, a sociedade e o futuro das políticas em segurança pública. Essa pesquisa se impunha no momento pós-greve de 1997 para também entender as razões e os efeitos daquele movimento na organização policial. Por fim, a realização do seminário internacional *Segurança Pública: Antigos Desafios, Novos Modelos* (1998), realizado com apoio da Fundação *Konrad Adenauer*, trazia para a pauta, durante dois dias, os maiores especialistas nacionais na área, além de pesquisadores de outros seis países.

Quanto à formação de recursos humanos, a experiência com a PMMG se consolida, agora com um conteúdo mais voltado às políticas públicas de segurança. O Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) e o Curso Superior de Polícia (CSP) evoluem para cursos de especialização *lato sensu* e transformam-se no Curso de Especialização em Segurança Pública (Cesp), destinado a capitães, e no Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública (Cegesp), voltado a majores e tenentes-coronéis.

3 Institucionalização

Na primeira década dos anos 2000, são vistos a consolidação e o amadurecimento das relações institucionais e acadêmicas da FJP no campo da segurança pública. Esse processo pode ser verificado nos projetos realizados com atores governamentais e cujas atividades eram voltadas tanto para os três níveis de governo quanto para a comunidade acadêmica, a partir da aprovação de projetos nas agências de fomento de pesquisa, da realização de cursos e de seminários internacionais, da vinculação a redes de pesquisa e da interlocução com instituições nacionais e internacionais.

Outros espaços dessa consolidação e desse amadurecimento podem ser vistos nas organizações multilaterais e na sociedade civil, por meio da concretização de parcerias com agências internacionais como a ONU, o BID e o Banco Mundial. Na sociedade civil, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), é um bom exemplo desse amadurecimento.

Ainda nesses primeiros anos de 2000, destacam-se o subsídio ao planejamento, à contribuição, à institucionalização e à realização de projetos de avaliação e monitoramento dos novos arcabouços governamentais para a segurança pública. Isso se deu no nível estadual (a partir de 2003) e também no federal (a partir de 2006), por intermédio de numerosas atividades desenvolvidas. Entre elas, o *Plano de Segurança de Minas Gerais* (2000), uma demanda do Governo estadual, que articulava a primeira política pública sistemática para a área de segurança pública. Esse plano foi entregue ao Governo federal como a proposta de Minas Gerais para o Primeiro Plano Nacional de Segurança Pública. Posteriormente, o *Plano Estadual de Direitos Humanos* (2001), também sob demanda do Governo estadual, reunia, sistematizava e consolidava as ações relacionadas à promoção de direitos humanos de populações vulneráveis no estado.

Outros trabalhos merecem destaque. Os dois primeiros são: o *Diagnóstico do Sistema Policial de Uberlândia* e o *Plano de Segurança Pública para o Município de Uberlândia*, em 2000. Encomendadas pela Prefeitura de Uberlândia, as pesquisas traçavam um diagnóstico e um plano municipal para as políticas locais de segurança pública e para sua articulação com as políticas estaduais. O terceiro foi o *Projeto de Combate à Violência no Hipercentro de Belo Horizonte* (2002), para a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Nele, a FJP assessorou o órgão multilateral no desenvolvimento de um diagnóstico sobre os problemas de segurança pública da capital e especificou as soluções pretendidas. O quarto, *Plano Emergencial de Segurança Pública* (2003), demandado pelo Governo estadual, estabelecia um diagnóstico e apontava as primeiras medidas de emergência para as políticas de segurança pública no estado após as eleições do ano anterior. Por fim, o *Plano Prisional de Minas Gerais* (2004-2006). A partir de demanda da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (Seds MG), ele estabelecia a política pública prisional que seria implementada adiante pelo governo mineiro.

No que se refere ao desenvolvimento de indicadores e produção de informações, o Nesp-FJP, a partir do pleito da Seds MG, publicou os *Boletins e Anuários de Informações Criminais* (2004-

2010), com metodologia inédita e inovadora. Eles configuravam-se como a estatística oficial de Minas Gerais na área de segurança pública, por meio da edição de 13 publicações trimestrais e seis anuais e de sua oferta em meio impresso e nos *sites* governamentais.

Na dimensão de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, foram desenvolvidos múltiplos projetos, em que se destacam: para o Ministério da Justiça, no âmbito do *Programa de Treinamento de Profissionais da Área de Segurança do Cidadão*, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp)/Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp).

Ainda sobre a formação e o aperfeiçoamento em recursos humanos, a FJP desenvolveu muitos projetos importantes na ação do *Programa de Treinamento de Profissionais da Área de Segurança do Cidadão*, da Senasp, em atendimento ao Ministério da Justiça. Podem ser citados: *Curso de Gestão e Gerenciamento em Segurança Pública* (2000-2001) e o *Curso de Estatística e Análise Criminal* (2001) – realizados em São Paulo, Maceió, Belém, Cuiabá, Fortaleza e Porto Alegre; o *Curso de Gerenciamento de Segurança Pública* (2001-2004) – para a PCMG; o *Curso de Preparação para a Chefia Policial* e o *Curso de Aperfeiçoamento de Policiais* (2001-2002) para o CBMMG; o *Curso de Gerenciamento de Defesa Social* (2002-2003); o *Curso para Operadores de Segurança Pública* (2004), realizado em parceria com a Escola de Governo do Pará; o *Curso de Especialização em Políticas Públicas de Segurança Pública* (2005/2006), realizado também em parceria com a Escola de Governo do Pará; o *Curso de Gestão Local de Segurança Pública e Políticas e Programas de Prevenção do Crime e da Violência* (2006), realizado em parceria com a Seds MG; o *Curso de Gestão de Segurança Pública e Planejamento Institucional* (2008), realizado em parceria com a PCMG. Também nessa área a FJP se qualificou como uma das instituições da Renaesp, promovida pelo Ministério da Justiça (2008-2011), e pela Seds MG – *Curso de Especialização em Segurança Pública e Justiça Criminal* (2008-2010). Nas três edições realizadas desse curso, por volta de 110 operadores da segurança pública do Estado foram formados.

No campo da pesquisa e da divulgação científica, esse momento marca a consolidação das redes acadêmicas dos pesquisadores da FJP vinculados à área de segurança pública. Vários projetos de pesquisa foram desenvolvidos, entre os quais se destacam: *Organização e Gestão da Segurança Pública: Análise do Compstat* (Fapemig – 2006), *Fluxo do Crime de Homicídio no Sistema de Justiça Criminal de Minas Gerais* (Fapemig – 2006), *Formas Institucionais de Administração de Conflitos: Juizados Especiais Criminais em Minas Gerais* (Finep – 2006-2008) e *Building Evidence – Based Crime and Violence Prevention in Brazil – Case of Minas Gerais* (Banco Mundial – 2009-2011).

Também nessa dimensão, a FJP promoveu um conjunto de importantes eventos na primeira década dos anos 2000. Merecem destaque os seminários internacionais, entre eles *O Sistema Penitenciário Brasileiro e o Trabalho do Preso* (2000), com apoio do British Council, e *Formação de Recursos Humanos nas Organizações Policiais* (2000), em parceria com a Fundação Ford. Também o seminário nacional *Homicídios: Perspectivas e Experiências de Políticas Públicas* (2005) e, mais uma vez, o seminário internacional *Mídia e Violência* (2006), ambos com o apoio do Ministério da Justiça.

4 O momento atual

Atualmente a FJP se encontra com sua trajetória institucional consolidada no campo das pesquisas em segurança pública e está apta a oferecer sua contribuição em muitas dimensões (governamentais, incluindo subsídio ao planejamento, à criação, à avaliação e à governança de políticas públicas nos três níveis de governo, formação de gestores e operadores de políticas; acadêmicas, ocupando um lugar relevante nas discussões acadêmicas nacionais sobre o tema, seja nas ciências sociais, seja nas sociais aplicadas; e institucionais, utilizando-se de sua rica rede de interlocução com agências multilaterais e da sociedade civil que trabalham e debatem o tema).

Nos últimos anos, destacam-se as atividades voltadas à criação e avaliação de políticas públicas e de assessoria a instituições governamentais inseridas nas reflexões e searas da segurança pública. No primeiro caso, citam-se *O Plano de Defesa Social de Minas Gerais (2012-2014)*. Demandado pela Seds MG, tal plano avaliou e redefiniu a política pública estadual de segurança. *O Plano de Formação dos Gestores do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp JC) (2012-2013)*, sob demanda do Ministério da Justiça e em associação com o FBSP, reorientou a política pública nacional para a formação dos gestores do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública. Também merecem menção a proposta de *Matriz Teórica e Conceitual do Ciclo de Produção da Investigação Policial (2013-2014)*, que, a pedido da PCMG, avaliou um programa experimental de reorientação dos processos de investigação policial; o *Código de Ética e Conduta Para os Agentes de Segurança Penitenciários do Estado de Minas Gerais (2013)*, que assessorou o Escritório para Drogas e Crime das Nações Unidas (UNODC) na construção e validação dos códigos de conduta para os profissionais do sistema prisional em Minas Gerais; e o *Planejamento Estratégico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (2016-2018)*, que, solicitado pela Defensoria Pública de Minas Gerais, promoveu a realização participativa do seu planejamento estratégico para os próximos anos.

No que envolve a assessoria e as instituições governamentais que atuam na área de segurança pública, ressalta-se o *Termo de Cooperação Técnica Nesp/FJP e Ministério Público de Minas Gerais (2017-2022)*. Nessa cooperação, se realizam, atualmente, três projetos: o primeiro é voltado ao entendimento, à mensuração e à organização das informações relativas à letalidade e mortalidade policial; o segundo, destinado à construção de um diagnóstico institucional da PCMG; o terceiro tem o objetivo de promover um diagnóstico das bases de dados em segurança pública de Minas Gerais. Também se ressalta o *Termo de Cooperação Técnica Nesp/FJP e o Observatório Segurança Cidadã (2019-2023)*, por meio do qual desenvolver-se-ão atividades voltadas à produção de estatísticas, indicadores e gestão de conhecimento e informações em segurança pública.

5. Atividades desenvolvidas pela FJP na área de segurança pública

A seguir, apresenta-se uma lista das principais atividades desenvolvidas pela FJP na área de segurança pública.

a) Atividades relacionadas com a concepção, o desígnio e a avaliação de políticas públicas:

- *Caracterização da População Prisional em Minas Gerais e no Rio de Janeiro (1984)*: desenvolvido em colaboração com o Iuperj, sob encomenda do Ministério da Justiça;
- *Indicadores Sociais de Criminalidade (1987)*: trabalho desenvolvido sob encomenda do Ministério da Justiça, teve por objetivo a criação de um sistema nacional de indicadores sociais de criminalidade para a realidade brasileira;
- *Projeto de Qualificação Profissional da População Penitenciária de Minas Gerais (1995)*: encomendado pela Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos (SEJDH), desenhava um programa de reestruturação do trabalho e das atividades de qualificação profissional da população prisional do estado de Minas Gerais;
- *Indicadores de Segurança Pública: Criminalidade Violenta em Minas Gerais (1998)*: projeto financiado pela Fapemig, recuperou e consolidou as bases de dados de ocorrências policiais de Minas Gerais, gerando a primeira série histórica disponibilizada ao governo e à população sobre os indicadores de ocorrências policiais percebidas pelo Estado; (arquivos esparsos e em papel, para consolidá-las em uma base de dados sistematizada de forma compreensível, com metodologia defensável, e em meio digital);
- *Planejamento Estratégico da Transferência dos Presos da Secretaria de Estado de Segurança Pública para a Secretaria de Estado de Justiça e de Direitos Humanos (1999)*: projeto encomendado pelo governo do estado, desenhava a política de transferência da custódia prisional, então controlada principalmente pela Polícia Civil, para os estabelecimentos do sistema prisional, avaliando os seus impactos e programando o cronograma necessário de abertura de vagas no sistema;

- *Matrizes Pedagógicas das Bases Curriculares do Curso de Formação para os Profissionais da Área de Segurança do Cidadão (1999)*: sob demanda do Ministério da Justiça, desenhava a primeira Matriz Curricular Nacional para os profissionais da segurança pública no Brasil;
- *Plano de Segurança de Minas Gerais (2000)*: sob demanda do Governo Estadual, articulava a primeira política pública sistemática para a área de segurança pública, então a ser oferecida ao Governo Federal, como a proposta do estado de Minas Gerais, dentro do escopo do Primeiro Plano Nacional de Segurança Pública;
- *Plano Estadual de Direitos Humanos (2001)*: também sob demanda do Governo Estadual, reunia, sistematizava e consolidava as ações relacionadas à promoção de direitos humanos de populações vulneráveis no estado;
- *Diagnóstico do Sistema Policial de Uberlândia e Plano de Segurança Pública para o Município de Uberlândia (2000)*: sob encomenda da Prefeitura Municipal, desenhava um diagnóstico e um plano municipal para as políticas locais de segurança pública e sua articulação com as políticas estaduais;
- *Projeto de Combate à Violência no Hipercentro de Belo Horizonte (2002)*: sob demanda da Prefeitura de Belo Horizonte e financiado pelo Pnud, a FJP assessoreou o órgão multilateral no desenvolvimento de diagnóstico sobre os problemas de segurança pública da capital e as soluções pretendidas para a sua resolução;
- *Plano Emergencial de Segurança Pública (Seds MG - 2003)*: sob demanda do governo do Estado, estabelecia um diagnóstico e apontava as primeiras medidas emergenciais para as políticas de segurança pública no Estado;
- *Plano Prisional de Minas Gerais (Seds MG - 2004-2006)*: sob encomenda da Seds MG, desenhava a política pública prisional que seria implementada adiante pelo governo do Estado;
- *Avaliação do Programa de Gestão Penitenciária – Gespen (2007-2008)*: sob encomenda da Seds MG, avaliavam-se os instrumentos de gestão desenvolvidos para o gerenciamento da política e de suas unidades;

- *Gestão do Centro Integrado de Informações de Defesa Social (Cinds) e Certificação das bases de dados de defesa social (Seds MG – 2011):* sob encomenda da Seds MG, oferecia capacitação aos gestores do Cinds;
- *Plano de Defesa Social de Minas Gerais (Seds MG – 2012-2014)*, já citado;
- *Plano de Formação dos Gestores do Sistema Nacional de Informações e Estatísticas em Segurança Pública – Sinesp]C (2012-2013)*, já citado;
- *Matriz Teórica e Conceitual do Ciclo de Produção da Investigação Policial (2013-2014)*, sob encomenda da PCMG, avaliava novas experiências de gestão da investigação policial;
- *Código de Ética e Conduta para os Agentes de Segurança Penitenciários do Estado de Minas Gerais (UNODC – 2013)*, já citado;
- *Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha e Mucuri (2016-2017)*, avaliando a dimensão segurança pública, sob encomenda do governo do estado;
- *Pobreza no Campo (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese MG – 2016-2018)*, avaliando a dimensão segurança pública, sob encomenda do governo do estado;
- *Juventude e Vulnerabilidades Sociais (Sedese MG – 2016-2018)*, idem;
- *Planejamento Estratégico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (2016-2018)*, sob demanda da DPMG;
- *Inquérito Policial, Processo Investigativo e as Construções de Sentido do Trabalho Policial: um Estudo de Caso na Polícia Civil de Minas Gerais (Fapemig – 2017-2020)*;
- *Termo de Cooperação Técnica – Nesp/FJP e Ministério Público de Minas Gerais (2017-2022)*, já citado;
- *Termo de Cooperação Técnica – Nesp/FJP e Observatório Segurança Cidadã (OSPC – Sesp MG) (2019-2023)*, já citado.

b) Atividades relacionadas à produção e sistematização de informações e estatísticas em segurança pública:

- *Recuperação e Consolidação das Bases de Dados em Segurança Pública (Fapemig – 1995-1998)*, já citado;
- *Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS – Módulo Seg.Publ.) (2006 -)*;
- *Boletins e Anuários de Informações Criminais (2004-2010)*, já citados.

c) Atividades relacionadas à formação e aperfeiçoamento de recursos humanos: citadas no texto.

d) Atividades e projetos relacionados à pesquisa científica:

- *As Lições do Motim na Penitenciária Agrícola de Neves (1985)*;
- *Políticas Públicas de Controle do Crime e Estatísticas Oficiais de Criminalidade: Notas Preliminares (1986)*;
- *Organização Policial e o Combate à Criminalidade Violenta (Fapemig – 1997-2001)*;
- *Minas Gerais no Século XXI (BDMG - 2002)*;
- *Organização e gestão da segurança pública: análise do “CompStat” (Fapemig – 2006)*;
- *Fluxo do crime de homicídio no sistema de justiça criminal de Minas Gerais (Fapemig – 2006-2007)*;
- *Formas Institucionais de Administração de Conflitos: Juizados Especiais Criminais em Minas Gerais (2006-2008) (Finep - UFF)*;
- *Avaliação da Implantação de Indicadores de Gestão Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais na 13ª Região de Polícia Militar (2007-2008)*;
- *Fluxo dos Crimes de Trânsito em Belo Horizonte (2008-2009)*;

- *Building Evidence-Based Crime and Violence Prevention in Brazil: Case of Minas Gerais (BIRD – 2009-2011);*
- *Fluxo dos Crimes Contra o Patrimônio em Belo Horizonte (CNPq - 2010-2014);*
- *Trajatória Recente da Política Carcerária em Minas Gerais (Fapemig - 2010-2012);*
- *Análise dos Programas e das Ações de Policiamento Comunitário na Polícia Militar de Minas Gerais (1980-2010) (Fapemig – 2011-2013);*
- *Instituições Participativas no Âmbito da Segurança Pública Brasileira: Programas Impulsionados por Organizações Policiais (Ipea – 2012-2015);*
- *A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais no Brasil (MJ e Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – 2012-2013);*
- *Polícia comunitária e cultura policial na Polícia Militar de Minas Gerais (CNPq – 2014-2016);*
- *Parceria público-privada no sistema prisional: a experiência de Minas Gerais (CNPq – 2014-2016);*
- *Segurança pública e encarceramento no Brasil: articulações e tensões entre políticas e práticas (Pnud, MJ e UFSCar – 2016);*
- *Pensando a segurança pública - Edição especial homicídios (Pnud, MJ e UFMG – 2016);*
- *INCT – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Ineac (CNPq – UFF – 2017-2023);*
- *Pesquisa letalidade e mortalidade policial em Minas Gerais entre 2012 e 2016 (Fapemig – 2018-2021);*
- *Avaliação da institucionalização das políticas públicas de prevenção social à criminalidade no Brasil – estudo de caso em Minas Gerais (CNPq – 2018-2021);*
- *Trajatória institucional da política prisional em Minas Gerais – Brasil (CNPq – 2018-2021).*

e) *Congressos e seminários realizados:*

1. *Seminário Polícia Militar, estado e sociedade: os desafios da modernidade (1992);*
2. *Seminário Polícia, violência e cidadania (1997);*
3. *Seminário Internacional Segurança pública: antigos desafios, novos modelos (1998 – apoio Fundação Konrad Adenauer);*
4. *Seminário Internacional O sistema penitenciário brasileiro e o trabalho do preso (2000 – apoio do British Council);*
5. *Seminário Internacional Formação de recursos humanos nas organizações policiais (2000 – apoio Fundação Ford);*
6. *Seminário Nacional Homicídios: perspectivas e experiências de políticas públicas (2005 – apoio MJ);*
7. *Seminário Internacional Mídia e violência (2006 – apoio MJ);*
8. *Seminário Políticas públicas de segurança: como a gestão por evidências pode reduzir a criminalidade (2018 – com a participação da UFMG).*

